



O ENSINO DE LÍNGUAS NO PROGRAMA DE ESCOLARIZAÇÃO HOSPITALAR DO PARANÁ (SAREH): DISCUSSÕES SOBRE CURRÍCULO

ITAMARA PETERS¹ – UENP

ELIANA MERLIN DEGANUTTI DE BARROS² – UENP

RESUMO: Esta pesquisa trata-se de um recorte do trabalho de conclusão do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) desenvolvido na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), cuja finalidade é investigar as práticas de letramento escolar realizadas no SAREH e produzir orientações teórico-metodológicas para subsidiar a área de códigos e linguagem desse programa. O objetivo desta proposta é analisar e compreender a seleção dos objetos de ensino e a metodologia utilizada por professores da área de Códigos e Linguagem que atuam como docentes de Língua Portuguesa na educação hospitalar do programa SAREH, para propor uma orientação teórico-metodológica aos professores do referido programa. A pesquisa baseia-se na metodologia de abordagem qualitativa, pautada no estudo de caso, utilizando um instrumento de coleta de dados pré-definido (questionário) que foi aplicado em 09 (nove) unidades hospitalares conveniadas com a Secretaria Estadual de Educação do Paraná. A pesquisa coletou respostas de 10 (dez) professores da área de Códigos e Linguagem que apresentam diferentes formações acadêmicas para a atuação no ensino de Língua Portuguesa. Para embasar as análises, o trabalho apoia-se nas discussões sobre currículo de Apple (1982, 2004); Silva (2000); Moreira e Candau (2003); Gomes (2007) entre outros, cujos estudos apontam para um olhar crítico sobre o currículo e os desdobramentos das escolhas curriculares no processo educativo. Além da conceituação curricular na educação hospitalar há a necessidade de compreensão dos processos de adaptação curricular propostos pelos documentos norteadores da educação especial e inclusiva e também das discussões curriculares na escolarização hospitalar apresentadas por Covic e Oliveira (2011). Diante das análises feitas, entende-se que construir um currículo para a criança e adolescente da educação hospitalar é trabalhar numa relação triangular entre o currículo específico da educação hospitalar, o currículo encaminhado pela escola de origem (oficialmente prescrito) e o currículo que emerge das práticas sociais.

Palavras-chave: Currículo, educação hospitalar, ensino de línguas.

¹ Mestre em Letras (Profletras) UENP. Docente de língua portuguesa no programa SAREH/SEED- Paraná no Hospital Pequeno Príncipe, Curitiba. Membro do GP DIALE (CNPq/UENP). itamarapeters@gmail.com

² Doutorado e Mestrado em Estudos da Linguagem (UEL). Docente do curso de Letras e do Profletras da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Coordenadora de subprojeto PIBID/LP/UENP. Líder do GP (CNPq/UENP) DIALE e colaboradora dos GP GEMFOR (UEL) e GETFOR (UFGD). edeganutti@hotmail.com
[/ elianamerlin@uenp.edu.br](mailto:elianamerlin@uenp.edu.br)



ABSTRACT: This research is a study of the conclusion of the Professional Master's Degree in Literature (PROFLETRAS) developed at the State University of Northern Paraná (UENP), whose purpose is to investigate the school literacy practices carried out in SAREH and to produce theoretical-methodological orientations To subsidize the code and language area of this program. The objective of this proposal is to analyze and understand the selection of teaching objects and the methodology used by teachers of the area of Codes and Language that act as Portuguese language teachers in the hospital education of the SAREH program, to propose a theoretical and methodological orientation to the teachers of the Program. The research is based on the methodology of a qualitative approach, based on the case study, using a pre-defined data collection instrument (questionnaire) that was applied in 09 (nine) hospital units agreed with the State Department of Education of Paraná, The research collected responses from 10 (ten) teachers from the area of Codes and Language that present different academic formations for the teaching of Portuguese Language. To base the analyzes, the work is based on discussions about Apple's curriculum (1982, 2004); Silva (2000); Moreira and Candau (2003); Gomes (2007), among others, whose studies point to a critical look at the curriculum and the unfolding of curricular choices in the educational process. In addition to the curricular conceptualization in hospital education, there is a need to understand the curricular adaptation processes proposed by the guiding documents of special and inclusive education and the curricular discussions in hospital schooling presented by Covic and Oliveira (2011). Considering the analyzes made, it is understood that to construct a curriculum for the child and adolescent of the hospital education is to work in a triangular relation between the specific curriculum of the hospital education, the curriculum sent by the school of origin (officially prescribed) and the curriculum that emerges from the Social practices.

KEYWORDS: Curriculum, hospital education, teaching language.



Introdução

Cenário da pesquisa: O SAREH – Serviço de atendimento a rede de escolarização hospitalar

O Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar – SAREH – é compreendido como um programa de inclusão educacional, criado pelo governo do Estado do Paraná em 2007, por meio da Secretaria de Estado da Educação, com o foco de dar continuidade ao processo educativo formal, em ambiente diferenciado, especificamente o ambiente hospitalar. Tem o objetivo de assegurar às crianças, adolescentes, jovens e adultos, o cumprimento do princípio da universalização e do acesso à educação, bem como os preceitos constitucionais da educação como direito social e dever do Estado. Visa atender os educandos em seu direito de aluno e dar continuidade ao seu processo educacional de forma singular e diferenciada. O SAREH teve início em 2005, com a pesquisa da Professora Cintia Vernizi Adachi de Menezes, e com um levantamento realizado pela Secretaria Estadual de Educação junto aos 27 Estados e Distrito Federal em busca de informações sobre a existência de programas de classes hospitalares e suas organizações. Atualmente o SAREH está presente na modalidade de educação hospitalar em sete (7) núcleos do estado: Curitiba, Londrina, Cascavel, Maringá, Paranaguá União da Vitória, Ponta Grossa e Área Metropolitana Sul. Com atendimento em dezoito locais diferentes, sendo quatorze hospitais, três clínicas e uma casa de apoio. Dos dezoito locais de atendimento do SAREH na modalidade de Educação Hospitalar, oito (08) encontram-se em Curitiba.

Público da pesquisa: O Professor da área de linguagens do SAREH

O professor da área de linguagem no SAREH é responsável por um conjunto de disciplinas: língua portuguesa, línguas estrangeiras, arte e educação física. Ele é selecionado de acordo com as normas gerais do processo que não contemplam conhecimentos específicos de nem uma disciplina da área de linguagem. Assim, para ser professor da área de linguagem o professor pode ser formado em qualquer uma das disciplinas que compõe a área e atuar tranquilamente com os conteúdos dessas disciplinas.

Metodologia

A pesquisa baseia-se na metodologia de abordagem qualitativa, pautada no estudo de caso que utiliza instrumento de coleta de dados pré-definido (questionário) que foi aplicado em 09 (nove) unidades hospitalares conveniadas com a Secretaria Estadual de Educação do Paraná, coletando respostas de 12 (doze) professores da área de códigos e linguagem. A análise dos



questionários foi feita com base na análise de conteúdo proposta por Bardin (2011).

O olhar sobre o currículo

Pensando no modo como os estudos sobre currículo se organizam e se constituem temos algumas linhas teóricas que vão surgindo quando o termo se estabelece no campo educacional e passa a ser objeto de estudo em especial de estudo relacionado à educação.

Historicamente, a cultura curricular tem privilegiado uma forma mecânica e instrumental de organização dos saberes. A lógica disciplinar que hierarquiza e fragmenta o conhecimento, limita a possibilidade de uma aprendizagem analítica, crítica e, portanto, significativa.

Para que ocorram mudanças na forma de organizar o conhecimento na escola, é imprescindível que toda ação educativa esteja voltada aos educandos. É preciso rever a cultura escolar em seus aspectos limitadores como, por exemplo, nas práticas formais de planejamento que desconsideram os aspectos dinâmico e concreto do ensino e da aprendizagem, nas aulas distanciadas da realidade de referência do educando, nas práticas de avaliação coercitivas e burocráticas, na ausência de interlocução entre a escola e a comunidade, dentre outras.

Entendido como seleção da cultura, processo ordenador da socialização do conhecimento que engloba toda ação pedagógica, o currículo é o principal elemento de mediação da prática dos educadores e educandos. Por isso, a organização dos espaços, dos tempos escolares e da ação pedagógica deve ser objeto de reflexão entre os educadores e educandos para que o currículo seja significativo.

[...] currículo... conjunto de conhecimentos ou matérias a serem superadas pelo aluno dentro de um ciclo - nível educativo ou modalidade de ensino é a acepção mais clássica e desenvolvida; o currículo como programa de atividades planejadas, devidamente sequencializadas, ordenadas metodologicamente tal como se mostram num manual ou num guia do professor, o currículo como resultados pretendidos de aprendizagem; o currículo como concretização do plano reprodutor para a escola de determinada sociedade, contendo conhecimentos, valores e atitudes; o currículo como experiência recriada nos alunos por meio da qual podem desenvolver-se; o currículo como tarefa e habilidade a serem dominadas como é o caso da formação profissional; o currículo como programa que proporciona conteúdos e valores para que os alunos melhorem a sociedade em relação à reconstrução social da mesma. (SACRISTÁN, 2000, p. 14).

Ao pensar cultura e currículo torna-se fundamental entender que os currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos, mas sim que são, como afirma Sacristan (2000), uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas. É preciso também compreender que a cultura é por si só diversificada, mista e complexa e que se constrói junto com o processo educativo do qual faz parte. Ao pensar em um currículo ligado à cultura é



importante discutir: o que é? Para que serve? A quem se destina? Como se constrói? Como se implementa um currículo? Isso, para que tenhamos uma produção mais coerente com a cultura local e com ideal de educação que se quer trabalhar.

É necessário por parte da escola e do sistema educacional uma reflexão para quem, o que, por que e como ensinar, reconhecendo interesses, diversidades, diferenças sociais e, ainda, a história cultural e pedagógica de nossas escolas. Além disso, é preciso a compreensão de que as diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder.

Na visão de Gomes (2007), as discussões sobre currículo incorporam, com maior ou menor ênfase, debates sobre os conhecimentos escolares, os procedimentos pedagógicos, as relações sociais, os valores e as identidades dos nossos alunos e alunas. E isso faz com que tenhamos algo mais próximo de uma educação real que seja capaz de abarcar as diferenças locais, suas dificuldades e criar assim novas possibilidades para uma determinada comunidade.

Ainda de acordo com Gomes (2007, p. 27),

Há uma nova sensibilidade nas escolas públicas, sobretudo, para a diversidade e suas múltiplas dimensões na vida dos sujeitos. Sensibilidade que vem se traduzindo em ações pedagógicas de transformação do sistema educacional em um sistema inclusivo, democrático e aberto à diversidade.

Logo, pensar num currículo cultural é pensar também numa escola inclusiva e mais humana na qual as relações com as diferenças acontecem na prática e todos aprendem a respeitar e crescer com o que há de diferente no outro. Moreira e Candau (2003) deixam claro no texto escrito ao Ministério de Educação e Cultura que o compartilhar de diferentes culturas em um mesmo espaço é uma possibilidade riquíssima de crescimento, aprimoramento e aprendizagens.

Quando um grupo compartilha uma cultura, compartilha um conjunto de significados, construídos, ensinados e aprendidos nas práticas de utilização da linguagem. A palavra cultura implica, portanto, o conjunto de práticas por meio das quais significados são produzidos e compartilhados em um grupo (MOREIRA; CANDAU, 2003, p. 27).

Para Moreira e Candau (2003, p.161),

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar.

Sendo assim, pensar e refletir sobre o currículo, a cultura e a educação é tê-los como tema central nos projetos político-pedagógicos das escolas e nas propostas dos sistemas de



ensino, assim como nas pesquisas, na teoria pedagógica e na formação inicial e permanente dos docentes.

Tais pensamentos nos indicam que currículo seja pensado como arena de produção cultural, para além das distinções entre produção e implementação, entre formal e vivido, entre cultura escolar e cultura da escola. Assim, deve-se compreender o currículo como espaço-tempo de fronteira cultural e a cultura como lugar de enunciação têm implicações na forma como concebemos o poder e, obviamente, nas maneiras que criamos para lidar com ele. Desse modo, o currículo não é neutro e deve ser compreendido em suas três dimensões: currículo formal ou prescrito, currículo vivo ou real e currículo oculto.

O currículo formal tem suas bases assentadas na regulação prévia estabelecida seja pela escola, seja pelo sistema educacional. É o que se prescreve como intenção na formação dos indivíduos. É, em resumo, um conjunto de prescrições geradas pelas diretrizes curriculares, produzidas âmbito nacional, nas secretarias estaduais e na própria escola, com base nos documentos oficiais, nas propostas pedagógicas e nos regimentos escolares.

O currículo real ou vivo apontado por Libaneo (2004) é aquele que acontece na sala de aula, produz e reproduzem usos e significados, por vezes, distintos das intenções pré-determinadas no currículo formal. Quando pensamos neste tipo de currículo o entendemos como uma organização do currículo formal, ou seja, ele constituísse na interpretação que os agentes envolvidos constroem juntos, é em suma a ligação entre o currículo formal e as experiências dos professores e alunos no cotidiano da escola. É nele que se explicitam, com maior nitidez, as visões de mundo e as ações dos diferentes sujeitos da prática educativa no espaço escolar.

O currículo oculto proposto por Apple (1982) é inerente a toda e qualquer ação pedagógica que media a relação entre educador e educando no cotidiano escolar, sem estar, contudo, explicitado no currículo formal. Desde a organização do horário das aulas, a organização da entrada dos educandos na escola, os métodos, as ideologias, a organização do espaço e do tempo, bem como todas as atividades que, direta ou indiretamente disciplinam, regularizam por meio de normas as atitudes, os valores e os comportamentos dos educados.

A expressão “currículo oculto” surge pela primeira vez na fala de Philip Jackson, um educador americano, em seu livro *Life in Classrooms* para referir-se às “características estruturais da sala de aula que contribuíam para o processo de socialização” (JACKSON, 1968). Mas, a origem da noção de currículo oculto, é anterior, pois já em 1938, John Dewey referindo-se a uma “aprendizagem colateral” de atitudes que ocorre de modo simultâneo ao currículo explícito faz menção ao terno. Surge então a ideia de que o currículo escolar é concretizado de duas maneiras, a explícita e formal, e a implícita e informal.



Segundo Giroux (1986), todas as discussões em torno do papel implícito e explícito da escolarização, chegam a diferentes conclusões, mas todos compartilham as ideias de que as escolas não ensinam apenas os alunos a leitura, a escrita, os cálculos, entre outros conteúdos, mas que elas são também agentes de socialização e sendo um espaço social, tem um duplo currículo, o explícito e formal, e o oculto e informal.

O currículo oculto é geralmente associado as mensagens de natureza afetiva, como atitudes e valores, porém não é possível separar os efeitos destas mensagens das de natureza cognitiva. Diante dessas ideias encontramos nos Parâmetros Curriculares Nacionais referências sobre tais observações quando se propõe que a escolarização vai além dos conteúdos para a construção da cidadania do papel social e da criança enquanto cidadã. O currículo oculto está diretamente associado às normas de comportamento social como as de concepções de conhecimentos, que são ligadas as experiências didáticas.

Dessa forma, o currículo oculto, além de ter toda a característica de uma sala de aula que proporciona a socialização, é também a maneira como o professor ensina, toda a experiência que ele adquiriu ao longo de sua vida profissional, interfere no jeito de ensinar e isso faz com que ele saiba a melhor maneira de ensinar.

De acordo com Silva (2009, p.78):

O currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita para aprendizagens sociais relevantes [...] o que se aprende no currículo oculto são fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores e orientações.

Diante de tais definições identifica-se o currículo oculto presente em várias situações do cotidiano escolar. Acontecem todos os dias na escola episódios de organização escolar; de compreensão dos atrasos dos alunos; do pedido de desculpas ao pedido de licença quando se chega atrasado são exemplos do currículo oculto. De acordo com Silva (2009, p. 79), “O currículo oculto ensina, ainda, através de rituais, regras, regulamentos, normas. Aprende-se também através das diversas divisões e categorizações explícitas ou implícitas próprias da experiência escolar”.

Já em outro contexto educativo, o ambiente hospitalar, o currículo oculto é ainda mais evidente, quando tratamos do acompanhamento escolar da criança hospitalizada trabalhamos conceitos de otimismo, fé, dedicação, superação, etc. Há em cada aluno um processo de recuperação escolar e de autoestima que não fazem parte do currículo escolar. Cada atividade é pensada e preparada para ampliar as possibilidades de construção e reconstrução dos conceitos de vida e cidadania.

Certamente o educar tem muito de oculto, pois as atitudes, os exemplos dados pela



postura do professor contribuem e muito para a formação de cada criança, adolescente, jovem ou adulto.

Se um determinado currículo orienta a ação pedagógica, ele deve expressar os interesses dos educadores e educandos: oferecer os conhecimentos necessários para a compreensão histórica da sociedade; usar metodologias que deem voz a todos os envolvidos nesse processo e adotar uma avaliação que encaminhe para a emancipação.

Os princípios da adaptação curricular e a Educação Hospitalar

Pensar em currículo e sua adaptação para o educando internado requer muitas considerações, primeiro o tipo de adaptação, o aluno para quem tal rol de conteúdos será adaptado e a real necessidade de adaptação dos conteúdos.

Para realizar a adaptação os professores devem estar atentos ao período do ano letivo em que o aluno está elegendo os objetivos e conteúdos mais significativos em cada área de conhecimento, baseando-se nas informações colhidas na escola de origem e nos conteúdos estruturantes relacionados nas Diretrizes Curriculares Estaduais ou Municipais (muitos municípios atendem todo o Ensino Fundamental).

Dessa maneira, o professor estará assegurando ao aluno, no momento em que voltar a frequentar a escola, que tenha atingido o objetivo pedagógico daquele período em que esteve ausente do processo de ensino e aprendizagem, podendo assim dar continuidade aos estudos, acompanhando as aulas normalmente com seus colegas de sala de aula, com o menor prejuízo possível no alcance dos objetivos e conteúdos propostos pelo ambiente escolar de origem da criança.

Com relação às adequações de objetivos e conteúdos, os itens devem considerar as peculiaridades individuais do aluno, variando a temporalidade dos objetivos, conteúdos e critérios de avaliação de maneira que se considere a possibilidade do aluno em atingir tais objetivos em um determinado período de tempo diferenciado dos demais alunos de sua classe.

No ambiente hospitalar as adaptações mais comuns são a adaptação de pequeno porte, que são modificações promovidas no currículo, pelo professor, de forma a permitir e promover a participação produtiva dos alunos que apresentam necessidades especiais no processo de ensino e aprendizagem, na escola regular, juntamente com seus parceiros.

As adaptações de pequeno porte são definidas pelo MEC, como reponsabilidade do professor e envolvem diretamente as condições de aprendizagem:

São denominadas de Pequeno Porte porque sua implementação



encontra-se no âmbito de responsabilidade e de ação exclusivos do professor, não exigindo autorização, nem dependendo de ação de qualquer outra instância superior, nas áreas política, administrativa e/ou técnica. Compreendem modificações menores, de competência específica do professor. Elas constituem pequenos ajustes nas ações planejadas a serem desenvolvidas no contexto da sala de aula. (BRASIL, 2000, p. 08).

A adaptação deve ser feita tomando como base nas orientações do MEC e em outros documentos oficiais que orientam o atendimento de crianças em situação especial, seja ela temporária ou permanente.

Para o MEC, ao planejar as adaptações curriculares e os tipos de suporte a serem disponibilizados ao aluno os seguintes itens devem ser observados:

- partir sempre de um estudo de caso interdisciplinar, que considere todos os aspectos relevantes da vida do aluno identifique suas necessidades educacionais especiais e indique as adaptações importantes para seu atendimento;
- buscar, ao máximo, um processo educativo pautado no currículo regular;
- evitar afastamento do aluno das situações normais da ação educativa e de seu grupo de colegas, assegurando sua participação no contexto sociocultural de sua sala de aula e de sua escola;
- criar ambiente favorável à aprendizagem do aluno, à sua integração social e autonomia moral e intelectual. (BRASIL, 2006, p. 183).

Outro item importante apontado pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, enfatiza que a proposta pedagógica, bem como as adequações e as complementações curriculares serão elaboradas com todas as pessoas envolvidas no processo de desenvolvimento, aprendizagem e integração escolar do aluno neste caso todos que atendem a criança no contexto hospitalar.

O atendimento às necessidades educacionais especiais do aluno é de responsabilidade de todos: Direção escolar, Coordenação técnica, professor do ensino regular, professor especialista, ou professor de apoio e, principalmente, da família, como parceira eficiente para explicitar essas necessidades.

A adequação e a complementação curricular para a educação do aluno em situação especial requerem, muitas vezes, um conjunto de experiências de avaliação do seu desenvolvimento integral, do seu processo de aprendizagem, da metodologia utilizada e dos recursos materiais disponíveis, ou ainda não disponíveis no sistema escolar.

Daí a função da Instituição Escolar, de buscar a articulação nas diferentes esferas do ensino público e a parceria com serviços e instituições não governamentais da comunidade que possam dar suporte, apoio e orientação para adaptação e complementação curricular.

A articulação ou integração entre Escola – Família – Comunidade



garantirá a melhoria da qualidade de vida e da educação das crianças. (BRASIL, 2006, p. 184.).

Para ação de um programa de atendimento educacional a alunos hospitalizados, oriundos de diversos estabelecimentos de ensino, em diferentes estágios do processo de ensino e aprendizagem, é necessário que se tenha clareza quanto às condições em que se dará este atendimento, uma vez que outros aspectos, além do educacional, estarão em evidência, tendo em vista o tempo e os espaços peculiares da realidade do ambiente hospitalar.

Cabe ao professor considerar que um aluno nunca é igual a outro, perceber o potencial de cada um e atingir um desafio contínuo que muitas vezes parece mais difícil do que trabalhar com uma classe regular e mais ou menos homogênea. Para chegar às adaptações e ter sucesso, além de estudar muito e se aprimorar sempre, é necessário saber ser flexível e principalmente contar com o apoio e saber da coordenação pedagógica e de colegas no momento de encontrar novas formas de ensinar. A tarefa de planejar se torna imprescindível quando temos com necessidades educacionais de atendimento diferenciado e ou especializado.

De acordo com os documentos oficiais do MEC – Política Nacional de Educação Especial (1994); Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Parecer CNE/CEB n.017/2001; Adaptações Curriculares e Projeto Escola Viva –, há a necessidade de adaptar o espaço, o tempo, o conteúdo e os recursos de aprendizagem para garantir o acesso e a permanência de todos os alunos na escola. Ainda de acordo com os documentos citados, as principais adaptações voltadas a alunos com necessidades educacionais especiais no âmbito escolar, tem a função de favorecer o processo educativo, indicando caminhos para que a inclusão aconteça.

Os quatro aspectos mencionados podem ser compreendidos ao pensarmos na Educação Hospitalar e nos elementos estruturais que precisam ser considerados para que a prática educativa ocorra no hospital. É importante reconhecer no hospital um ambiente diferenciado, capaz de gerar aprendizagem; considerar o tempo de estar hospitalizado e o tempo de desenvolvimento das atividades educativas; Adequar o programa previsto no currículo ou o planejamento de cada aula com o objetivo de garantir que estudantes hospitalizados possam ter acesso a esse currículo; promover uma busca de materiais didáticos ou de outras estratégias para ensinar determinados conteúdos, facilitando, propiciando e favorecendo a aprendizagem.

Adaptação curricular: funcionamento da educação hospitalar

A Educação Hospitalar é um campo em construção. Em termos técnicos utiliza-se das ferramentas e mecanismos de ação da educação especial, em termos normativos pauta-se em



legislações vigentes. Para a implantação do atendimento a educação hospitalar há em termos nacionais um único documento lançado pelo Ministério da Educação em 2002, Classe Hospitalar e Atendimento Domiciliar, que é uma espécie de cartilha contendo 38 páginas em que se propõe descrever estratégias e orientações para implantar o atendimento educacional as crianças e adolescentes em tratamento de saúde.

O Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria de Educação Especial, tendo em vista *a necessidade de estruturar ações políticas de organização do sistema de atendimento educacional* em ambientes e instituições outros que não a escola, resolveu *elaborar um documento de estratégias e orientações que viessem promover a oferta do atendimento pedagógico em ambientes hospitalares e domiciliares* de forma a assegurar o acesso à educação básica e à atenção às necessidades educacionais especiais, de modo a promover o desenvolvimento e contribuir para a construção do conhecimento desses educandos. (BRASIL, 2002, p. 07 – grifos nossos).

Embora o texto introdutório deixe claro as intenções do documento, que são de estruturar políticas de organização de um sistema de atendimento educacional e elaborar orientações para que o atendimento ocorra, o que se percebe na prática é uma fragilidade muito grande, pois o documento não tem força de lei e suas ações se diluem no sistema de ensino.

Apesar de ser chamada pelo Ministério da Educação (2002) tecnicamente, de "classe hospitalar", a aula no ambiente hospitalar é individual, nos leitos ou em salas cedidas pela unidade de Saúde. Diferentemente de uma escola regular (onde é possível fazer atividades de longa duração), cada tarefa precisa ter início, meio e fim no mesmo dia. A carga horária também muda. O educador pode iniciar uma conversa e, em instantes, ter de parar devido a uma indisposição. O indicado é que o aluno consiga ter acesso ao mesmo conteúdo e, na medida do possível, a mesma carga horária da escola regular. Mas, com o sobe e desce do tratamento, isso nem sempre é possível.

Para quem busca a Educação Hospitalar, o MEC sugere articular a programação de atendimento em dois momentos. No primeiro, o docente trabalha com os conteúdos definidos num currículo próprio, geral, que tem por base os PCN e, num segundo momento, o trabalho segue com os conteúdos escolares solicitados e devidamente adaptados.

Outro detalhe importante relacionado à escolarização hospitalar e à adaptação dos conteúdos é que além de permitir que o aluno internado não perca tempo nos estudos e continue acompanhando o currículo de sua escola, as atividades nas classes hospitalares são apontadas por estudos como aliadas da recuperação clínica dos estudantes.

Há ainda um outro detalhe, diretamente relacionado à volta para a escola, e que precisa ser pensado com antecedência e levar em conta eventuais adaptações estruturais quando

necessárias. A organização bem feita de uma pasta ou arquivo, com toda a documentação e tarefas realizadas no período de internação, também é essencial. Nela devem ser reunidos os exercícios feitos, os exames aplicados e os relatórios com a carga horária total do atendimento, os conteúdos abordados e as principais dificuldades encontradas, inclusive com as observações feitas pelo docente e parecer descritivo das atividades e conteúdos desenvolvidos no ambiente hospitalar que irão orientar a escola no retorno do aluno e na continuidade do processo educativo.

Na escolarização do aluno hospitalizado, a atenção do professor deve ser objetivo pedagógico, ou seja, não permitir que esse aluno seja prejudicado em seu processo de aprendizagem pelo fato de ter que se ausentar da escola em virtude de internamento para tratamento de saúde. Dessa forma, é preciso discutir o currículo e as adaptações que devem ser feitas neste para possibilitar que o aluno tenha continuidade de seus estudos e ao mesmo tempo que cuida de sua saúde.

Para tanto, o professor da Educação Hospitalar precisa ter clareza do currículo, do conteúdo de cada disciplina e do que é essencial para que seja trabalhado no contexto hospitalar com o aluno.

Segundo Covic e Oliveira (2011, p.84), na Educação Hospitalar “as práticas cotidianas escolares são pensadas com dualismo: há um “caráter curricular da escola de origem dos estudantes e um caráter do currículo hospitalar”. Assim há a necessidade de um entrecruzamento e de uma adaptação para buscar a essência do que de fato precisa ser apreendido e ensinado na comunidade hospitalar.

No entanto, essa organização curricular precisa considerar mais do que em qualquer outro espaço as necessidades de aprendizagem do estudante. Há todo um campo contextual que precisa ser considerado para que se possa definir os conteúdos e o currículo do estudante na educação hospitalar.

O currículo da Educação Hospitalar é um currículo aberto e deve ser pensado na perspectiva de cada criança, ou seja, ele é focal visa o caráter qualitativo da prática educativa. Ocorre a partir das necessidades mais imediatas de aprendizagem e vai se ampliando até estabelecer conexão com o um currículo escolar ou com um currículo mínimo prescrito oficialmente.

Nessa perspectiva, cabe ao professor, na interação com o aluno, a investigação, a observação, as anotações e a identificação das necessidades de aprendizagem de cada criança para então definir um currículo e os conteúdos que serão trabalhados com cada estudante.

Para Covic e Oliveira (2011), “o currículo não pode ignorar nem as identidades que estão em conflito todos os dias na escola, nem os poderes da tradição e da inovação que ele



guarda”. Assim, construir um currículo para a criança e adolescente da educação hospitalar é trabalhar numa relação triangular entre o currículo específico da educação hospitalar, o currículo encaminhado pela escola de origem (oficialmente prescrito) e o currículo que emerge das práticas sociais.

O currículo específico da Educação Hospitalar precisa ser desafiador, crítico, criativo e motivador das conexões com a vida. Ele propõe vários olhares para uma mesma situação curricular e experimenta as possibilidades desse currículo, para apropriação do saber, seja ele escolar, multicultural ou da saúde.

Assim, o currículo da educação hospitalar é ou precisa ser um currículo real que tem impregnado em si o cotidiano, o contexto e a prática social. É um currículo que considera todas as situações de escolarização ao mesmo tempo que se integra a dinâmica da comunidade hospitalar em que se insere.

O currículo da Educação Hospitalar compreende a sutileza das relações estabelecidas e contempla o papel de todos no desenvolvimento dos processos de ensino – aprendizagem. A comunicação é o centro dessa relação ela imprime a cada pessoa o papel de sujeito ativo, do seu processo de formação e do processo de formação do outro. É preciso reconhecer e respeitar os diferentes tempos dos sujeitos, procurando estabelecer relações necessárias à constituição de conhecimentos e valores. Isto se conquista por meio da interação relacionada ao eu e ao outro na mediação. Para Freire (1994, p. 33):

O ato de aprender está diretamente relacionado à função social que o sujeito exerce e às experiências individuais, intimamente relacionadas com o modo de pensamento que o sujeito possui, portanto, aprender não é “repetir a lição” memorizada mecanicamente, vai muito além.

A estruturação de um currículo para cada aluno contemplando a sua realidade se torna mais ampla em termos educacionais por que relaciona o conteúdo com a realidade vivenciada aproxima-se aí a Educação Hospitalar e a educação da escola de origem.

Na Educação Hospitalar: “o currículo compreende conhecimentos, ideias, valores, concepções, teorias, artefatos, procedimentos, competências e habilidades dispostas em núcleos de conhecimento [...]. Que se organizam em “função das situações de ensino e das especificidades dos alunos” (COVIC; OLIVEIRA, 2011).

Desse modo, o currículo é fruto da ação coletiva, ao apresentar-se como elemento gerado das muitas ações de vários sujeitos. É crítico, pois reflete o modo de pensar de uma certa coletividade e discute o que lhe cabe. É criativo ao proporcionar diferentes possibilidades de ação e interação. É cooperativo, já que conta com a participação do estudante, dos familiares, dos professores da Educação Hospitalar, da escola de origem e muitas vezes da equipe de saúde



que acompanha a criança/adolescente. É, portanto, organizado e planejado para cada estudante, visando metas pontuais centradas num processo de desenvolvimento crítico e emancipatório.

Considerações finais

Diante dos estudos apresentados entendemos que na Educação Hospitalar o conceito curricular que melhor define os processos educativos é o conceito de currículo aberto, pois esse modelo reconhece todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, valorizando-os; tem o currículo como instrumento e meio de ação educativa; concebe a educação como mediação de conhecimentos entre professor e estudantes; valoriza a criatividade e o descobrimento de novas possibilidades; contempla diferentes espaços de formação e interação, dando importância ao contexto dos processos de aprendizagem, descoberta e ação. Assim, o currículo deve ser pensado na perspectiva de cada criança, ou seja, ele é focal visa o caráter qualitativo da prática educativa. Ocorre a partir das necessidades mais imediatas de aprendizagem e vai se ampliando até estabelecer conexão com o um currículo escolar ou com um currículo mínimo prescrito oficialmente.

Referencias

APPLE, Michael W. Educational and Curricular Restructuring and the Neo-liberal and Neo-conservative Agendas: Interview with Michael Apple. Disponível em: Currículo sem Fronteiras, v.1, n.1, pp. i-xxvi, Jan/Jun 2001.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: edições 70, 2011. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro.

BRASIL.MEC, SEESP. Projeto Escola Viva. Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Alunos com necessidades especiais, nº. 5 – Adaptações de Grande Porte. Brasília, 2000.

_____.MEC, SEESP. Projeto Escola Viva. Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Alunos com necessidades especiais, nº. 6 – Adaptações de Pequeno Porte. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei no 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. *Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência*. Guatemala: 2001.



_____. Ministério da Educação. *Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações*. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC; SEESP, 2002.

_____. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Ministério da Educação e Cultura. SECADI. Brasília, MEC, 2006.

COVIC, Amália Neide. OLIVEIRA, Fabiana Aparecida de Melo. *O Aluno Gravemente Enfermo*. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. Professora Sim, Tia Não – cartas a quem ousa ensinar, 4 a ed. São Paulo: Olho d'Água, 1994.

GIROUX, H. *Teoria crítica e resistência em Educação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

GOMES, Nilma Lino. *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo*. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

LIBÂNEO, J.C. *Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática*, 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa e Candau, Vera Maria. *Indagações sobre Currículo: currículo, conhecimento e cultura Brasília*: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag5.pdf>

SACRISTAN, J. Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3ª ed. Porto Alegre, Artmed, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica. 2009.

